



Número: **0807778-56.2019.8.15.0251**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **5ª Vara Mista de Patos**

Última distribuição : **21/11/2019**

Valor da causa: **R\$ 7.000,00**

Assuntos: **Indenização por Dano Material, Indenização por Dano Moral**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
FLAVIA KELLY CASSIANO DOS SANTOS (AUTOR)		TATIANA BARRETO BARROS (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (REU)		SUELIO MOREIRA TORRES (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
37911097	16/12/2020 11:24	APELAÇÃO FLÁVIA	Apelação

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 5ª VARA
CÍVEL DA COMARCA DE PATOS-PB**

FLÁVIA KELLY CASSIANO DOS SANTOS, já qualificada nos autos do processo em epígrafe, por intermédio do advogado que esta subscreve, nos autos do processo que move em face da **SEGURADORA LÍDER**, vem perante Vossa Excelência, não se conformando, data vênha com a respeitável decisão proferida no ID de nº 35749371, interpor nos termos do Art.925, do Código de Processo Civil:

RECURSO DE APELAÇÃO

Para tanto **REQUER** os benefícios da assistência judiciária gratuita, por ser considerado pobre na forma da lei, não tendo como arcar com as despesas inerentes ao processo, bem como que seja o presente recurso recebido e processado, em seu regular efeito devolutivo e suspensivo e, por conseguinte sejam os presentes autos remetidos ao Egrégia Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba-PB, com as inclusas razões, onde os autos poderão ser novamente apreciados.

Termos em que,
Pede e espera deferimento.

Patos, 16 de dezembro de 2020.

Felizardo Leite, 565 – Centro
danielerodriguesadv@gmail.com
Patos-PB, CEP: 58.700-030

83 8720.4012 / 9903.1521 |



Daniele Rodrigues
ADVOGADA

Daniele de Sousa Rodrigues
Advogada
OAB/PB 15.771

DANIELE DE SOUSA RODRIGUES
OAB/PB 15.771

Felizardo Leite, 565 – Centro
danielerodriguesadv@gmail.com
Patos-PB, CEP: 58.700-030

83 8720.4012 / 9903.1521 |



Assinado eletronicamente por: DANIELE DE SOUSA RODRIGUES - 16/12/2020 11:24:24
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20121611242342500000036161516>
Número do documento: 20121611242342500000036161516

Num. 37911097 - Pág. 2

RAZÕES DO RECURSO DO RECURSO DE APELAÇÃO

EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA

Processo n°

Recorrente: FLÁVIA KELLY CASSIANO DOS SANTOS

Recorrido: SEGURADOR LÍDER

Eméritos Julgadores

Cuidam os autos de Ação de Cobrança de Seguro Dpvat, onde o apelante pleiteia o pagamento da indenização do seguro obrigatório por invalidez permanente e DAMS pela apelada.

SINOPSE FÁTICA

O apelante em 15 de março de 2019 sofreu acidente de trânsito quando trafegava na garupa de uma motocicleta modelo C 100 BIZ, MARCA HONDA, PLACA MOJ-5245, CHASSI 9C2HA07001R025233, e foi abalroada por outra motocicleta causando-lhes serias lesões e uma fratura no punho esquerdo, ficando impossibilitada de laborar por 04 meses conforme carta de concessão de auxílio doença, sem que houvesse o pagamento administrativo.

Felizardo Leite, 565 – Centro
danielerodriguesadv@gmail.com
Patos-PB, CEP: 58.700-030

83 8720.4012 / 9903.1521 |



Devidamente citado, a apelada contestou a ação alegando que o requerimento administrativo foi cancelado em virtude de pendência na documentação, muito embora a apelante tivesse demonstrado nos autos o envio por diversas vezes da documentação, pugnando pela improcedência da ação.

Designada prova pericial no ID de nº 35092337 restou comprovada a invalidez permanente do apelante no grau médio de 50%(cinquenta por cento), oportunidade em que as partes foram intimadas para se manifestar acerca do referido documento.

Encerrada a audiência de instrução e feitos autos conclusos, o MM. Juiz a quo prolatou sentença, julgando parcialmente procedente o pedido autoral, condenando a apelada a realizar o pagamento da quantia de R\$ 1.687,50 e honorários sucumbenciais no percentual de 25% sobre o valor da causa.

DOS FUNDAMENTOS DA SENTENÇA- DA NECESSIDADE DE REFORMA DO JULGADO - VALOR DA CONDENAÇÃO INFERIOR AO GRAU DA LESÃO- INOBSERVÂNCIA DA TABELA DA LEI DE Nº 6.194/74 e 11.945/09

O Douto Magistrado ao prolatar sentença no ID de nº 35749371, julgou parcialmente procedente o pedido da autora, condenando a apelada a pagar a apelante a título



de seguro indenizatório a quantia de **R\$ 1.687,50 (Hum mil, seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos)**.

Ocorre que, a decisão é passível de reforma, tendo em vista que, o grau da lesão fixado em laudo pericial no ID de nº 35092337 foi no importe de 50% (parcial incompleta), razão pela qual, o cálculo da indenização deve ser feito da seguinte forma: R\$ 13.500,00 x 50% que corresponde a importância de R\$ 6.750,00 (Seis mil, setecentos e cinquenta reais) e não da quantia de R\$ 1.687,50 reconhecida na decisão monocrática.

Como é sabido, o cálculo da indenização deve se ater aos comandos da tabela da Lei de nº 6.194/74, em caso de invalidez parcial permanente do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau de invalidez.

Art 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada: (Artigo alterado pela MP 340/06 e posteriormente pela MP 451/08, transformada na Lei 11.945/09)

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; e (Inciso alterados pela MP 340/06, transformada na Lei 11.482/07)

1º No caso da cobertura de que trata o inciso II do caput deste artigo, deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei as lesões diretamente decorrentes de acidente e que não sejam



suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, classificando-se a invalidez permanente como total ou parcial, subdividindo-se a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o disposto abaixo:
(Parágrafo acrescentado pela MP 451/08, posteriormente transformada na Lei 11.945/09)

II - quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista no inciso I deste parágrafo, procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização que corresponderá a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, adotando-se ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de sequelas residuais

Igualmente, a Súmula 474 do STJ:

Súmula 474 STJ -A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez.

Sendo assim, pugna pela reforma da decisão e o julgamento procedente das alegações do recurso, condenando a apelada a pagar a importância de R\$ 6.750,00 que corresponde ao valor real da lesão reconhecida no laudo

Felizardo Leite, 565 – Centro
danielerodriguesadv@gmail.com
Patos-PB, CEP: 58.700-030

83 8720.4012 / 9903.1521 |



pericial e previsto na Tabela da Lei de nº 6.194/74 e 11.945/09.

III. DOS PEDIDOS

Por todo o acima exposto, e pelo que mais nos autos consta, requer a Vossas Excelências:

a) Os benefícios da Justiça Gratuita conforme art. 4º da Lei 1060/50, uma vez que, o apelante não dispõe de condições financeiras para custear as despesas processuais, sem prejuízo de seu sustento e de sua família;

b) Que seja o presente recurso recebido e devidamente processado, para o fim de **REFORMAR A SENTENÇA proferida no ID de nº 35808863, JULGANDO TOTALMENTE PROCEDENTE os pedidos formulados na inicial E CONDENANDO A APELADA AO PAGAMENTO DA INDENIZAÇÃO POR INVALIDEZ PERMANENTE NO GRAU MÉDIO DE 50% ESTABELECIDO NA PERÍCIA JUDICIAL CORRESPONDENTE AO VALOR DE R\$ 6.750,00 (Seis mil, setecentos e cinquenta reais) E NA TABELA DA LEI DE Nº 6.194/74 e 11.945/09 ;**

c) A condenação do apelado em custas processuais e honorários advocatícios, estes últimos no importe de 20% sobre o valor da causa, nos termos do Art.85 do CPC.



Nestes termos,
Pede e espera pleno deferimento.

Patos/PB, 16 de dezembro de 2020.

DANIELE DE SOUSA RODRIGUES
OAB/PB 15.771

